boletim apubh

Boletim Informativo da Associação dos Professores Universitários de B.H. – Ano 1 – Nº 5 – Setembro/90

Editorial

Tal como estrangeiros

A situação atual é grave. O governo Collor persiste em sua estratégia de confundir a Nação sobre o verdadeiro quadro das finanças públicas (conforme denuncia o primeiro número dos Cadernos APUBH/Temas em Debate).

Para isso, os órgãos governamentais têm contado com o apoio da grande imprensa que, com uma rara exceção (a Folha de S. Paulo), vem tecendo loas ao discutível "fim do déficit público" e à contenção dos gastos, antiga imposição do FMI e reivindicação de conhecidas lideranças empresariais e de economistas ortodoxos.

Terá a opinião pública e a intelectualidade abdicado de seu papel crítico e suas responsabilidades na condução dos destinos do País?

Ufanista e aparentemente sem contestação, o governo ocupa todos os espaços políticos ao seu alcance, por cima dos partidos, da sociedade organizada, da universidade através de um eficiente trabalho de "marketing" (lembre-se a última pesquisa do Ibope, que acusa o aumento da popularidade do governo junto à população), reduzindo as forças democráticas ao isolamento social e político.

O governo aproveita-se de sua imagem, vista como favorável, para continuar a praticar atos de desmonte da esfera pública, transformando o servidor público em bode expiatório da desordem nacional. A MP 209 foi mais um ato de atropelo dos órgãos e dos dirigentes máximos das Universidades Federais.

As sucessivas intervenções nas Universidades criaram um clima de perplexidade que afeta sua vida, estrutura e funcionamento. A declaração inverídica do ministro Chiarelli a respeito dos salários dos docentes enquadra-se na estratégia do governo de tornar antipáticas nossas reivindicações, junto à opinião pública, já previamente mal informada.

PRECISAMOS REAGIR A ESTE QUADRO! É urgente resgatar nossa capacidade de reflexão e de intervenção na realidade. Não é possível assistir passivamente ao que se desenrola diante de nós, como se fôssemos estrangeiros em nosso próprio País.

Entre Nessa

Onde está a consciência crítica da Universidade?

Será que submergimos TODOS ao medo, à PERPLEXIDADE e à falta de alternativas?

Politicamente, é a hora de somarmos nossos esforços. Da reflexão sobre a nossa perplexidade SURGIRÁ a luz e a vontade de lutar que superará nossos temores e indicará o caminho. O isolamento e a apatia são a morte nossa, da Instituição e do movimento docente.

Presicamos conversar sobre nossas inquietações e paúras no âmbito dos Departamentos, das Congregações, do Conselho Universitário, das reuniões por Unidade e das nossas Assembléias.

A greve, nosso maior instrumento de luta, não é um fantasma que nos assombra.

Precisamos retomar o diálogo entre o Movimento Docente e os órgãos dirigentes e a Administração nos seus diversos níveis.

É hora de tentarmos definir uma estratégia conjunta, respeitando nossos espaços e especificidades. É o momento de retomarmos as reuniões periódicas para que sintonias possam ser restabelecidas.

A nível do movimento Docente, precisamos superar a visão dicotômica entre lutar por aposentadoria e por salários. Embora nossos interesses imediatos possam ser diferentes, trata-se de uma mesma batalha. A luta pelo salário interessa ao aposentado que defende a paridade com o da ativa. Você, jovem professor, será o aposentado de amanhã.

A aprovação do Regime Jurídico Único pelo Senado nesta legislatura interessa a todos. Some-se às iniciativas que estão sendo desenvolvidas para que aquela aprovação se dê.

Os dias 11, 12 e 13 foram transformados em dias nacionais de luta. Professor, exponha aos seus alunos o que o governo Collor e seu projeto neo-liberal está fazendo com a universidade, com a pesquisa, com o ensino, seu salário e as condições de trabalho. Professor, adira à paralisação! Ponha a boca no trombone! Não empobreça acumulando indignação!

Quanto ao salário, você sabe o que o governo está fazendo com ele? – Patrioticamente, dirás, está saneando as finanças públicas! Será que a diferença não paga está sendo destinada para isto? Leia e discuta – "A Questão Salarial dos Servidores Públicos". Depois tente ficar parado!

Quanto à greve, venha dizer se ela deve ou não ser feita. Não deixe de comparecer às assembléias por medo da greve! Você é a respeitabilidade do Movimento Docente.

Você sabia que o próximo Congresso será Constituinte?

Sua poupança e seu salário já foram para o espaço. Será que as coisas acabaram aí? Que será feito da sua aposentadoria, caso o RJU não seja aprovado nesta Legislatura? E a universidade continuará pública e gratuita? SAIA DA PERPLEXIDADE! Adote uma candidatura da frente democrática e popular e trabalhe para que seja vitoriosa. Nada faremos sem o Congresso. Combata o voto nulo! Aponte o melhor candidato e batalhe por ele.

Dê efetividade política à sua indignação. Ao sair do marasmo e ao fazer alguma coisa, você se sentirá melhor e o movimento com sua participação ativa encontrará seu caminho, nesta hora tão difícil e tão grave!

Entre nessa!

Reuniões da Comissão de Mobilização: de terça a sexta, a partir das 17 horas, na sede da APUBH, Rua Carangola 288, salas 1 e 2, Coleginho.

Mais uma Publicação da APUBH

A APUBH lançou o primeiro caderno Temas em Debate. Neste número é abordada a questão salarial dos servidores federais, trabalho desenvolvido pelo professor Elias Antônio Jorge, presidente da APUBH e Vice-Presidente da Regional-Leste ANDES-SN.

O estudo recupera a história das perdas salariais com os Planos Cruzado, Bresser, João Batista, Verão e Collor, e desenvolve uma perspicaz análise da situação atual.

São analisados, ainda, os dados do governo relativos à execução orçamentária até 30 de junho de 1990, publicados no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 30 de julho deste ano.

O trabalho denuncia, também, uma enorme transferência de recursos, pelo governo, para a remuneração do capital em detrimento do trabalho.

A APUBH publicou dois mil cadernos que estão sendo distribuídos para professores, políticos, sindicalistas e demais membros das universidades federais brasileiras. Quem quiser, pode buscar o seu na sede da entidade à Rua Carangola 288, Santo Antônio ou pelo telefone 342-3504 e discutí-lo com os colegas.

RJU/DPC
Projeto Collor é devolvido

Por iniciativa do Deputado Geraldo Campos (PSDB-DF), a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados solicitou a devolução, ao Executivo, do projeto de RJU, de autoria do governo Collor, sob o fundamento de que não pode tramitar na Câmara outro sobre assunto já discutido e votado em uma mesma sessão legislativa. Agora, a decisão final caberá ao presidente da Casa, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE). Quanto ao Senado, o relator Cid Sabóia (PMDB-CE) já disse que terá prioridade o que foi votado na Câmara.

Isto significa que o projeto vitorioso no Congresso, até o momento, é o do governo Sarney, reformulado, através de sugestões de emendas, desde o ano passado, e que deveria ter sido votado até o dia 5 de abril. Agora, ele deve ser votado no Senado, durante o próximo "esforço concentrado".

Quanto às Diretrizes do Plano de Carreira (DPC), o substitutivo aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara está no Senado para aprovação, devendo ser votado junto com o projeto de RJU. O governo, através da Secretaria de Administracão, também pretende torpedear o projeto das DPC.

A Comissão de mobilização está centralizando, na APUBH, o envio de telegramas aos senadores, solicitando a votação das matérias, o mais rápido possível. Como todas as AD's, a APUBH está mandando delegados a Brasília, para trabalhar no "esforço concentrado".

Setembro Negro

Em Assembléia realizada dia 6/9, a ASSUFEMG reafirmou sua decisão de greve para o dia 11/9, junto com os servidores públicos federais de outras áreas, que reivindicam 318% de reajuste, fim das demissões e reintegração dos servidores colocados em disponibilidade pelo governo. Os funcionários da Previdência iniciaram sua paralisação dia 5/9, com a adesão de mais de 60% da categoria, segundo as lideranças.

Dia 12/9 os bancários começam o seu movimento, enquanto os petroleiros, quando fechávamos esta edição, ainda deliberavam sobre o dia de sua paralisação.

No entanto, estas últimas decisões estavam dependendo dos desdobramentos da Medida Provisória 219 (a 211 reeditada), que dispõe sobre salários e abrange todos os trabalhadores, exceto o funcionalismo público federal.

O Cronograma da Campanha Salarial

A Comissão de Mobilização, que vem-se reunindo de terça a sexta, na APUBH, desde o dia 30 de agosto, preparou um cronograma para a Campanha Salarial, com eventos previstos até o dia 21 de setembro.

O lançamento dos Cadernos APUBH/Temas em Debate nº 1, deu início à instalação da Assembléia Permanente, no último dia 6, no auditório do ICEX. Os dias 11, 12 e 13/9 foram dedicados ao "lobby" junto aos parlamentares em Brasília, caso o "esforço concentrado" se dê, e à Assembléia Geral no dia de Paralisação. Para o dia 11/9 estavam previstas paralisações parciais nas Unidades visando melhor esclarecer o conjunto da comunidade da UFMG e discutir alternativas de luta para o movimento, após o resultado da audiência entre MEC e ANDES-SN prevista para o dia 10/09.

De acordo com o planejado pela Comissão, um vídeo já foi produzido e está à disposição das unidades que quiserem debater "A Questão Salarial dos Servidores Públicos Federais". Trata-se de uma exposição didática sobre o assunto. Dois outros vídeos serão produzidos, para divulgar junto à opinião pública a real situação das universidades e de seus servidores: um de 30 segundos, para veiculação em programas eleitorais e outro, de 15", para veiculação comercial.

Programou-se, ainda, uma exposicão no campus sobre a "via crucis" salarial e a orgia financeira do governo.

A Comissão de Mobilização está elaborando uma Carta Aberta de esclarecimento à população, além de ter promovido uma ampla divulgacão da "Questão Salarial", em nível nacional. Várias associações de docentes, de Minas e de outros estados estão solicitando exemplares dos Cadernos APUBH.

Para o dia 21 de setembro está programado um Ato Público ao Pé do Ipê, em frente à Reitoria. O objetivo é mostrar que precisamos cuidar da esperança, cultivada em outros tempos. (O espécime raro foi coletado pelo prof. Camilo Assis Fonseca, do ICB, e foi plantado pela APUBH na solenidade de abertura da campanha "Primavera da Educação", em setembtro de 1987).

MP 209 – Ações Jurídicas

Os advogados da ANDES-SN estão preparando Ação Direta de inconstitucionalidade contra a Medida Provisória nº 209. A data prevista para a sua entrada no Supremo Tribunal Federal é quinta-feira, 13/9. Pretende-se dar um caráter político ao ato, convocando jornalistas que cobrem o setor, parlamentares, sindicalistas e militantes do Movimento Docente que estiverem em Brasília acompanhando o "esforço concentrado".

A propósito, encontram-se na sede da APUBH, à disposição dos interessados, os pareceres de dois juristas, subsidiando a tese de Inconstitucionalidade da MP e, especialmente, de seu artigo 5º, que reduz em um terço as férias do pessoal docente das universidades e demais instituições federais de ensino superior.

Quanto à Medida Cautelar, a ser impetrada na Justiça do Trabalho, a recomendação do Setor das Federais da ANDES-SN é que cada AD-Seção Sindical prepare a sua. A Assessoria Jurídica da APUBH já está tomando as providências necessárias.

O Conselho Universitário da UFMG, reunido no último dia 5, acatou proposta da Assembléia Geral dos professores, encaminhada pela APUBH, de manifestar o seu repúdio à MP 209. Até o fechamento desta edição, a Nota Oficial não tinha chegado à Associação.

Pauta de Reivindicações da Campanha Emergencial - eixos: Salário, Verbas e Autonomia

1 - Salários a partir de 1º de setembro de 1990
  1.1 - reajuste de 93,54%,
  1.2 - sobre o salário reajustado, aplicar o ICV-Dieese medido de 1º de abril de 1990 a 31 de agosto de 1990, e
  1.3 - reajuste mensal pelo ICV-Dieese.

2 - Verbas
  2.1 - cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal, preservando os valores reais.,
  2.2 - repasse para as IFES do saldo de 572.325.000 btn's, referente a recursos para Outros Custeios e Capital (OCC) do exercício de 1989, conforme o acordado pelo MEC na greve (maio-junho 89), preservando os valores reais.

3 - Autonomia
  3.1 - cumprimento do Artigo 207 da Constituição Federal (Autonomia Universitária) para a realizacão da avaliacão acadêmica e institucional, e
  3.2 - revogacão das portarias nºs 641 e 643 do Ministro de Estado da Educacão, datadas de 09 de julho de 1990 (dispõem sobre regime de trabalho em dedicação exclusiva), que ferem a Autonomia Universitária.

4 - Aprovacão do Regime Jurídico Único (RJU) e de Diretrizes de Planos de Carreira (DPC), conforme, respectivamente, os Projetos de Lei nºs 069/90 (senado federal) e 4.059/89 (câmara federal).

5 - Revogação da Medida Provisória nº 209, de 21 de agosto de 1990 (dispõe sobre as funções de confiança a que se refere ao lei nº 7.596/87, e dá outras providências) e edição de Projeto de Lei que contemple a extinção da gripe, do Regime de Trabalho de 40 horas semanais, de jetons e funções de confiança, adequando as funções gratificadas às necessidades das universidades. Reverter os respectivos saldos financeiros para Outros Custeios e Capital (OCC) das IFES.

6 - Aposentadoria e pensões com valores não inferiores aos vencimentos da ativa.

7 - Abertura imediata das negociacões com vistas à pauta de reivindicações referentes à data base (janeiro de 1991).

8 - Adocão de política salarial que preserve os salários da corrosão inflacionária.

9 - Revogação da legislacão que proíbe contratação de pessoal nas IFES.

boletim apubh Publicação quinzenal da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte. Distribuição gratuita. Tiragem 2.500 exemplares. **Correspondência:** Rua Carangola, 288, salas 4 e 5, Santo Antônio - CEP 30350 - Belo Horizonte, Minas Gerais. **Diretor Responsável:** José Henriques Maia Filho. **Edição:** Eliane Facion Reg. Prof. nº 2199 - MG. **Estagiário:** Marcus Vinícius da Silva. **Apoio:** Fernanda Veloso Torres e Mary Oliveira de Assis. **Diagramação, Composição a Laser, Artefinalização e Fotolito:** Memória Editoração Eletrônica Ltda - 484-2349.

Diretoria da Apubh - Gestão 89/91
Elias Antônio Jorge (Presidente); José Henriques Maia Filho (1º Vice); Domingos A. Giroletti (2º Vice); Laura Stella Míccoli (1ª Secretária); Herzília M. de Lima Bastos (2ª Secretária); José Maurício Machado da Silva (1º Tesoureiro); José Antônio Armanelli (2º Tesoureiro); Paulo Augusto Moreira Camargos (1º Suplente); Pompea Peret de Brito da Rocha (2ª Suplente).